



**FAMA- FACULDADE DA AMAZÔNIA
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NA
REDEMOCRATIZAÇÃO ACADÊMICA**

**VILHENA-RO
2019**

VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL NA
REDEMOCRATIZAÇÃO ACADÊMICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado a Faculdade da Amazônia- FAMA como requisito final para a obtenção do Título de Bacharel (a) em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Esp. Elizângela Gomes Marinho

**VILHENA-RO
2019**



FACULDADE DA AMAZÔNIA

PORTARIA CREDENCIAMENTO MEC Nº: 3.362, DE 19/10/2004

Mantenedor: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA S/C LTDA-ME – IESA
Rua: Walisson Junior Arrigo, (743), nº 2043 – Cristo Rei Cep:76983496
Vilhena-RO (69) 21010850 CNPJ: 04.398.722/0001-05.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, na sala de defesa de monografias da Faculdade da Amazônia, às 20:00 horas, o acadêmico **Valdinei de Souza Oliveira**, do Curso de **Serviço Social** dessa Instituição, defendeu o seu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, com o tema “**Movimento Estudantil e Serviço Social na Redemocratização Acadêmica**” na presença da Banca Examinadora formada pela professora Esp.**Elizângela Marinho** (Orientadora e presidente da banca), professora **Eline Bispo** (1º membro) e professora **Angelita Martignago** (2º membro).

O trabalho foi julgado probató, mediante nota igual a 9,9. E por não haver nada mais a tratar, foi lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Elizângela Marinho
(Presidente)

Profa. Eline Bispo
(1º membro)

Profa. Angelita Martignago
(2º membro)

Valdinei de Souza Oliveira
Acadêmico

RESUMO

Considerando a relevância dos diversos estudos relacionados ao Movimento Estudantil este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre esse Movimento desde o contexto histórico até a atualidade e as questões referentes ao Ensino Superior e a Redemocratização Acadêmica na formação em Serviço Social.

O estudo se dá através de uma pesquisa qualitativa em consonância com uma pesquisa em ênfase bibliográfico, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a temática e viabilizar Políticas Públicas de impacto a esse público estudado.

Viabilizar maior conhecimento para possibilitar uma visão crítica e reflexiva sobre a temática estudada.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Ensino Superior. Redemocratização Acadêmica.

ABSTRACT

Considering the relevance of the various studies related to the Student Movement, this paper aims to make a study of this Movement from the historical context to the present day and the issues related to Higher Education and Academic Redemocratization in training in Social Work.

The study is conducted through a qualitative research in line with a research in bibliographic emphasis, is intended to deepen the knowledge on the subject and enable Public Policies of impact to this studied public.

Enabling greater knowledge to enable a critical and reflective view on the theme studied.

Keywords: Student Movement. University education. Academic Redemocratization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAP – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle do Programa

Programa Universidade para Todos

CFE - Conselho Federal de Educação

CREDUC – Crédito Educativo

EAD - Educação à Distância

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

IES - Instituições de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

USAID - Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional

USP - Universidade de São Paulo

UDF - Universidade do Distrito Federal

UNE - União Nacional dos Estudantes

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho as seguintes pessoas:

Minha mãe Dirce, minha irmã Neide e meus irmãos Valmir e Valdir e a minha sobrinha Marcela, sem o apoio de vocês eu não teria chegado até aqui.

As minhas colegas de faculdade por toda parceria nessa dura jornada.

Aos meus professores em especial ao querido professor Rafael Reis que por muitas vezes foi um grande amigo nas horas de desespero, a minha queridíssima orientadora Elizângela Marinho, que com muita paciência e calma teve contribuição significativa para o término desta monografia.

Meus amigos Robert Martins, Rayany Bitencourt e Gabriel Santana, Dyever Blem e Washington Luiz, vocês possuem um papel muito importante na trajetória da minha vida pessoal e acadêmica, a amizade de vocês carregou dentro do meu coração.

Em especial ao Robert Martins de amigo se tornou irmão, parceiro da vida confiante e muitos outros adjetivos que aqui não vou citar.

A minha orientadora de campo e amiga Euzangela Clemente, por todo conhecimento e dedicação.

E a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até o fim, serei eternamente grato.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	10
2- REDEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO: MOTIVAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA TRANSFORMAÇÃO.....	12
2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	13
2.2 A ANÁLISE DOS CENÁRIOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: QUALIDADE DOS CURSOS, PROGRAMAS E INFRA-ESTRUTURA.....	15
3- IMPLANTAÇÃO E RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	18
3.1 LEI DE COTAS (LEI Nº12711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012)	18
3.2 PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS).....	19
3.3 FIES (FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL).....	21
3.4 SISU (SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA).....	
4- MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO BRASIL.....	23
4.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUA REORDENAÇÃO ACADÊMICA.....	25
5- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se constitui a partir da participação do autor em um evento do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Por meio dessa participação que acabou surgindo o questionamento sobre a redemocratização do ensino superior, na formação acadêmica em Serviço Social.

Embora a compreensão seja voltada a formação do ensino superior, é evidente que as transformações sociais tiveram um papel fundamental para os questionamentos aqui direcionados.

O ensino superior brasileiro sofreu diversas transformações ao longo do tempo, contudo salienta-se que a partir da concepção mercantilista, o ensino se tornou uma mercadoria ao invés de um direito garantido pela constituição de 1988.

Neste trabalho será abordado acerca da redemocratização do ensino brasileiro; suas motivações sociais e políticas da transformação; A partir disso, é discutido sobre a iniciativa privada, mediante a privatização das Instituições de Ensino Superior (IES), motivadas a venda de serviços educacionais, mediante pagamento de mensalidades. O capítulo inicial está dividido em dois tópicos. O primeiro tópico destaca a formação profissional, onde é abordado o surgimento das universidades na América Latina que foram surgindo somente nos séculos XVI e XVII. O outro ponto pretende fazer uma análise direcionada aos cenários do ensino superior brasileiro, bem como, a qualidade dos cursos, programas e infra-estrutura. Parto do princípio a quem a educação essa acessível nos anos 70 e 90.

Na seqüência abordo sobre as políticas públicas direcionadas ao ensino superior brasileiro, evidenciando as particularidades, implicações e relevância. O mesmo é dividido em quatro tópicos, onde são dialogados políticas específicas da educação, no primeiro ponto é dialogado sobre a Lei de Cotas de nº 12.711 de 20 de agosto de 2012, bem como conhecida como ações afirmativas voltada a estudantes pretos e pardos, como forma de ingressá-los no âmbito educacional superior. O segundo ponto ressalta a finalidade do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O terceiro ponto é explanado sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), política pública que possibilita a concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculada em cursos superiores em IES privadas.

E o ponto quatro, descreve o Sistema de Seleção Unificado (SISU), sistema informatizado pelo MEC, que se utiliza nota do Exame Nacional do Ensino Médio para ingressá-los no ensino superior.

No terceiro e último capítulo, é dado o momento a viabilização do Movimento Estudantil que é o ponto chave desse estudo, em relação geral ao contexto histórico até os dias atuais e sua relevância na conquista de inúmeras Políticas Públicas que foram implantadas através das lutas que o Movimento Estudantil travou durante anos. Jovens de força e determinação em prol de direitos ligados a uma sociedade em geral sem distinção de raça, cor e etnia.

2 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO: MOTIVAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA TRANSFORMAÇÃO.

O processo de reforma do ensino superior no Brasil sob os moldes neoliberais tem início ainda nos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC. A idéia inicial era dar ênfase a iniciativa privada, bem como à privatização das Instituições Ensino Superior (IES), por meio da venda de serviços educacionais, a exemplo da oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu mediante pagamento de mensalidades (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, p.416).

Nos governos de Lula (2003 – 2010), presencia-se a continuidade da expansão da educação superior, mediante o financiamento público indireto para o setor privado por meio do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), implantado em 1999, ainda no governo FHC e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2005. A ênfase recai sobre o incentivo à educação privada, em detrimento da melhoria da qualidade das IES públicas (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, p.416).

Dessa forma, tem-se o aumento do número de IES privada no país, oferecendo diversos cursos, dentre eles os de graduação tecnológica, cuja duração tem em média de dois a três anos, fazendo com que o tempo de formação se reduza e o número de profissionais certificados cresça rapidamente. Aliado a isso, observa-se o aumento de cursos ofertados na modalidade à distância (EAD), os quais expressam grande quantidade de matrículas a cada ano (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, p.417).

O crescimento de cursos na modalidade à distância no governo Lula, estava previsto ainda no ano de 2003 pelo grupo de trabalho interministerial, que estava pautado a crise das universidades federais e a carência de aumentar o número de estudantes na educação superior. Siqueira esclarece que a elevação se daria a partir “do aumento da carga horária dos professores em sala de aula, o aumento da relação aluno-professor e o uso da educação à distância” (SIQUEIRA, 2004, pág. 63).

Segundo Yamamoto (2000), a política educacional, adotada nos anos de 1960 a 1970, resultou em desmonte do ensino público de primeiro e segundo graus, favorecendo o surgimento e ampliação de escolas privadas, além das reformas

privativas e mercantilizadas do ensino universitário. Registra-se nesse período a emergência das Licenciaturas de curta duração (cursos profissionalizantes e exclusão da matéria Filosofia do Ensino do Segundo Grau, reforçando assim, os interesses do capital mundial), (IAMAMOTO, 2000, p. 125).

O período ditatorial, no Brasil foi considerada a fase de expansão das políticas sociais, sendo uma delas a política de educação. Dando início a um projeto de educação que transformaria as universidades do Brasil em “escolas tecnocráticas”, devido aos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID). Foi proposto nesse projeto uma política educacional privativa, direcionada a uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho em nível mundial. As universidades eram submetidas a priorizar as áreas das Ciências Naturais e Exatas.

A mercantilização da política de educação brasileira toma força no início da década de 64, conduzida pela iniciativa privada na perspectiva de serviço educacionais de qualidade, facilidade e praticidade. Diante disso é possível perceber que em 1990 o Brasil após a consolidação do neoliberalismo e implementação da contrarreforma do Estado, ocasionou divergências para as políticas sociais, dentre as mais afetadas a política de educação, principalmente para o ensino superior.

Segundo Agapito,

a contrarreforma do Estado brasileiro traz as seguintes implicações para o ensino superior: expansão da privatização da oferta de cursos; liquidação da relação ensino/pesquisa/extensão; concepção das universidades de forma operacional e pragmática; submissão das atividades acadêmicas a lógica do mercado/capital e a autonomia das universidades canalizada para a administração dos recursos financeiros necessários para a manutenção da vida acadêmica (AGAPITO, 2016, pág. 128).

O ensino superior privado surgido após os anos de 1968 vem em suas implicações com uma nova roupagem de estruturação, visando somente em empresas educacionais ligadas a obtenção de lucro econômico e ao rápido atendimento de demandas do mercado educacional.

2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

O ensino superior no Brasil teve seu início de forma tardia, se comparado com os países do continente europeu e latino-americano. O surgimento das primeiras universidades na América Latina foi somente nos séculos XVI e XVII, sendo que já existia na Europa a um bom tempo. Diferente da colonização espanhola, na América Latina os portugueses se mostravam contrário a criação de escolas de nível superior e de universidades em sua colônia brasileira. No Brasil foram criadas as primeiras instituições de ensino superior (IES) somente no início do século XIX, com a transposição da corte portuguesa, em 1808, para a colônia.

As primeiras universidades no país surgiram em meados da década de 1930, destacando-se, nesse processo, as criações da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que teve uma existência efêmera quando o governo federal resolveu dissolvê-la, integrando-a à Universidade do Rio de Janeiro. A primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi criada em 1940. Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito IES públicas e dez IES privadas. No ano de 1960 a matrícula era de 93 mil estudantes, dos quais mais da metade eram absorvidos pelo setor público (NEVES e MARTINS, 2016, p. 97).

O principal alvo da Reforma Universitária de 1968 foi a alteração do padrão tradicional de ensino superior até então em vigor, com base nas faculdades isoladas e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias e na ausência de pesquisa nas universidades existentes. Esta reforma propôs uma estrutura moderna, definindo a universidade como o modelo preferencial para a expansão do sistema de ensino superior, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão. Os estabelecimentos isolados de ensino eram admitidos como excepcionais. A nova universidade passou a ser organizada por departamentos, substituindo a antiga cátedra. Foram instituídos o regime semestral e o sistema de créditos, assim como estabelecida a opção de tempo integral para o contrato dos professores e a necessidade de obtenção de títulos de mestre e de doutor pelos docentes como condição para progressão na carreira acadêmica (FÁVERO, 2006; NEVES, 2002).

De certo modo, as políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980 tinham como princípio orientador, manter por opção do poder público tanto âmbito federal quanto estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas.

No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Os exames de admissão eram menos competitivos e predominavam os cursos à noite. De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3% (Durham, 2003).

Uma nova modalidade de ensino superior surge após esse período, adotando um *ethos* empresarial, voltado para ganhos lucrativos que se afastava das instituições privadas até o momento existente, principalmente por escolas confessionais sem fins lucrativos. Esse novo modo de ensino foi viabilizado por meio da participação do Conselho Federal de Educação (CFE), órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministério. O CFE passou a autorizar um número crescente de novas instituições particulares em 1969, nas quais deveriam satisfazer as exigências mínimas quanto à presença de recursos financeiros e humanos na abertura de seus estabelecimentos (NEVES e MARTINS, 2016, p. 98).

Na medida em que as universidades públicas não conseguiram ampliar suas vagas no ritmo necessário, os proprietários de escolas secundárias perceberam uma oportunidade para investir seus capitais no ensino de terceiro grau, objetivando atender a uma demanda reprimida (Martins, 1986; 1988).

2.2 A ANÁLISE DOS CENÁRIOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: QUALIDADE DOS CURSOS, PROGRAMAS E INFRA-ESTRUTURA.

O Brasil ao longo do tempo conseguiu transformar-se numa sociedade moderna com níveis de desenvolvimento que o apresentam como potência emergente, no entanto, o país mantém um desempenho extremamente precário do seu sistema educacional. Até pouco tempo a educação no Brasil estava reservada a jovens provenientes das camadas mais ricas da população. Isso se dá conta devido ao crescimento das matrículas nos anos 70 mantendo-se inalterado até meados dos anos 90. (NEVES e MARTINS, 2016, p.18).

No período dos governos militares (1964-1985), as políticas oficiais contiveram o aumento do ensino de graduação público e gratuito e permitiram a expansão dos estabelecimentos privados onde o ensino era pago. Mesmo com esse

crescimento havia um equilíbrio na divisão das matrículas entre IES públicas e privadas. A desigualdade se mantinha na qualidade do ensino. Com exceções de algumas universidades privadas, nesse quesito as católicas, em particular a PUC do Rio de Janeiro, às demais instituições privadas eram de baixa qualidade (NEVES e MARTINS, 2016, p. 27).

Entre as dificuldades de infra-estrutura existem outras problemáticas em relação ao ensino superior brasileiro. Aos alunos recai a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares. Sem contar os desafios advindos de uma situação financeira muitas vezes desfavorável, o que implica em dificuldades para compra de livros, deslocamento para congressos e eventos e atividades extraclasse (DUTRA-THOMÉ, KOLLE, 2016, p. 106).

Mediante estudos, as políticas de enfrentamento de desigualdades históricas precisam articular uma combinação de iniciativas, que incluam a promoção da igualdade de posições com a igualdade de oportunidades. Esses dois conceitos, apesar de semelhantes, guardam diferenças que devem ser analisadas com cuidado. No caso da igualdade de posições, o foco está na estrutura social a partir dos lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade, de forma a abranger todos os indivíduos, minorias e majorias, envolvendo todas as faixas etárias. Dessa forma, uma política focada na igualdade de posições procura reduzir as desigualdades de renda, de condições de vida, de acesso a serviços. Em suma, procura reduzir a distância entre essas posições sociais e, com isso, seria possível estimular a mobilidade social a partir de uma distribuição de renda e condições sociais melhores para todos os cidadãos. Assim, a igualdade de posições pressupõe um Estado de Bem Estar Social consolidado (MOEHLECKE, 2002, p. 50).

Ainda ressaltando as dificuldades das camadas desfavorecidas da sociedade, Pacheco e Ristoff (2004) chamam a atenção para um estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, o qual revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que “não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito”. Este dado aponta para a necessidade de políticas institucionais que sejam dirigidas a promover a

permanência dos estudantes nos cursos universitários, principalmente daqueles com maiores dificuldades (DIAS, DA COSTA, 2016, p. 50).

Nesse sentido, uma parte importante dessa problemática relaciona-se aos alunos recém-ingressantes, ou seja, os programas de acolhida e acompanhamento aos alunos do primeiro ano do ensino superior. Como aponta Ezcurra, o primeiro ano do ensino superior trata-se de um período de transição e ajuste ao mundo universitário novo, com experiências que costumam ser difíceis, considerando o caráter de adaptação e a inexperiência dos alunos em relação ao que esperar do ambiente acadêmico (EZCURRA, 2009).

Nesse contexto de desqualificação dos alunos, sobretudo dos que advêm das camadas mais desfavorecidas socialmente, as políticas de ampliação do acesso e até mesmo a construção de estruturas de apoio terão efeito limitado no processo de democratização do ensino superior. Como ressalta Ezcurra (2009, p. 112), o que mais garante a permanência é uma boa educação e a aula constitui um momento decisivo, sobretudo para os alunos que trabalham e têm pouco tempo para os estudos, tornando-se “quase o único lugar onde se encontram com seus pares e com os docentes”. Para tanto, ressalta-se a importância de uma expectativa positiva dos professores quanto aos alunos, expressa em uma relação que permita ao aluno ganhar autoconfiança em relação às suas capacidades e mais à vontade para pedir ajuda quando necessário.

3 IMPLANTAÇÃO E RELEVÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.

Expandir o acesso ao Ensino Superior é um grande desafio para aumentar a escolaridade média da população. Aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão de populações carentes são algumas medidas que devem ser desenvolvidas para que a meta seja atingida. Nesse longo caminho, as políticas públicas têm um papel fundamental, mesmo assim a questão financeira ainda é um grande entrave para que os jovens brasileiros cursem o nível superior.

3.1 LEI DE COTAS (LEI N° 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012)

No Brasil, o sistema educacional foi concebido e expandido pelo grupo dominante branco e de elite, que utilizou o conceito de mérito para distribuir ou restringir recompensas educacionais. Contudo, a própria noção de mérito no Brasil foi e persiste sendo fundada sobre uma percepção de inferioridade de alunos não-brancos e de classe popular (Dávila, 2003). É evidente que as classes dominantes se impunham de tal forma sobre os espaços educacionais e aqueles que não se enquadraram diante desse espaço socioeconômico, se distanciava cada dia mais do meio.

Os estudantes pretos e pardos, em particular, experimentam em sua formação escolar um desencorajamento diante dos estudos que deriva de atitudes de professores e colegas e até mesmo de materiais didáticos que propalam imaginário que preserva lugares sociais subalternos para as crianças não-brancas (Silva Jr, 2002). Diante disso, se coloca evidente o racismo estrutural, existente dentro do meio educacional.

Cotas raciais é uma demanda que há muito tempo o movimento negro vem debatendo, mas o debate voltado sobre ações afirmativas no Brasil, somente toma força após a participação ativa do país na “III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, ocorrida em 2001, Durban, na África do Sul (UNE, 2012).

A Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, veio para garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e alunos oriundos integralmente do

ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. A Lei de Cotas se regulamenta pelo Decreto nº 7.824 de 2012 (BRASIL, 2012).

As ações afirmativas favorecem alguém que foi historicamente discriminado e desfavorecido em consequência de políticas e formas de dominação que são consideradas injustas e desumanas pelos acordos e tratados internacionais de direitos humanos. Elas existem para que essas pessoas possam competir no mercado de trabalho e exercer seus direitos plenamente, em igualdade com aqueles outros indivíduos que, ao contrário, foram historicamente favorecidos e hoje possuem uma vantagem muito grande em relação aos primeiros (UNE, 2012).

Embora a ênfase recaia sobre ações afirmativas nas universidades públicas, atualmente tanto nas IES públicas e privadas adotam medidas de ação afirmativa. É o caso do PROUNI que representa a principal modalidade de ação afirmativa aplicada ao ensino superior privado e a política de maior impacto. As universidades que participam do programa oferecem bolsas de estudos parciais e integrais e, como contrapartida, obtêm isenção de alguns tributos.

3.2 PROUNI (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS)

O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2019).

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos (BRASIL, 2019).

O Programa possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e ainda o Fundo de

Financiamento Estudantil - Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (BRASIL).

O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2018, mais de 2,47 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais (BRASIL, 2019).

Para além do Prouni, a Reforma Universitária conta com outras medidas, tal como, a ampliação das universidades federais e instituições de cotas para alunos da rede pública, (por meio de “sub cotas” para negros e indígenas) nas IES federais. Contudo, o Prouni desenvolve uma política pública de acesso à educação superior, pouco se interessando com a permanência dos estudantes, componente fundamental para sua democratização. Em suma, os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são em grande parte, de qualidade questionável e voltados somente ao interesse do capital.

Enquanto cedia às IES e era elogiado pelas mantenedoras, o MEC restringia-se a “esclarecer dúvidas sobre a Medida Provisória” e a “discutir o que pode vir a ser um sistema de controle do programa” com o Movimento dos Sem Universidade – MSU (FOLHA DE S. PAULO, 2004a). A fiscalização foi prevista para começar apenas quando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) estiver totalmente implementado, o que o MEC estima para 2008. Antes disso, a idéia era “realizar convênios entre o Ministério e as universidades federais e estaduais para que elas possam verificar as condições das instituições privadas e enviar essas informações para análise do MEC” (FOLHA ONLINE, 2004b).

A falta de controle sobre o Prouni é tanta que muitos bolsistas perderam o ano: suas turmas foram fechadas pelas IES. Embora tenham a obrigação de destinar esses alunos a outras IES, para que eles não percam o semestre, o ano ou mesmo o curso, a fiscalização tem sido débil. Chega-se ao ponto de os bolsistas terem de se reinscrever em nova seleção do Prouni após não conseguirem realocação em outras IES (FOLHA DE S. PAULO, 2006).

3.3 FIES (FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL)

O primeiro financiamento de crédito estudantil foi criado em 1975 dia 23 de agosto, intitulado Programa de Crédito Educativo (CREDUC), o Programa foi

operacionalizado com recursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e bancos comerciais.

Com a Lei nº 8436/92 o programa foi reformulado e o CREDUC passou a ser administrado e supervisionado pelo MEC.

Sucedendo ao CREDUC, foi criado pelo Medida Provisória nº 1827/99, o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), ainda em funcionamento, e regulamentado pela Lei nº 10260/2001. É um apoio financeiro sob a forma de concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em IES privadas, com avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos (ENC), hoje chamado Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Conforme a Portaria Normativa nº 2/2008, são considerados os recursos de graduação com avaliação positiva aquelas que obtiveram conceito maior ou igual a 3 na edição mais atualizada do Exame Nacional de Desempenho do Estudantes (ENADE). O Programa permitiu, inicialmente, o financiamento de até 70% do valor da mensalidade cobrada pela instituição de ensino. A partir de setembro de 2005, passou a financiar 50% e, com a publicação da Lei nº 11552/2007, 100% (OLIVEIRA, CARNIELLI, 2010, p. 36).

3.4 SISU (SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA)

Em 2010, foi publicado a Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro, foi instituído e regulamentado o SISU, um sistema informatizado e gerenciado pelo MEC, para selecionar candidatos a vagas em cursos de graduação que são disponibilizadas pelas IES públicas de educação que aderiram ao sistema (DA LUZ; VELOSO, 2014, p. 74).

O SISU, foi apresentado a sociedade no dia 31 de março de 2009 juntamente com o Novo Enem, através do ex- Ministro de Educação, Fernando Haddad. Ele é um sistema informatizado e coordenado pelo MEC, que utiliza a nota obtida pelo estudante no ENEM para ingressá-lo em determinada instituição que praticou o processo de adesão ao sistema (DA LUZ; VELOSO, 2014, p. 74).

O método para o candidato se inscrever, é exclusivamente pela internet, na página eletrônica do SISU, após efetuar a inscrição o candidato deve indicar se irá concorrer por ampla concorrência ou para as vagas de política afirmativa, podendo

escolher de até mais de uma opções de cursos em instituições de sua preferência, independente de onde seja seu local de residência (DA LUZ; VELOSO, 2014, p. 74).

Sabendo que a sociedade se encontra em constante mudança, não é diferente com o SISU ele possui uma dinâmica que está sempre em movimento. Para entender melhor essas características, é preciso se atentar aos editais do Sistema para uma compreensão mais precisa de suas configurações, através de tais documentos é possível observar as fases e aperfeiçoamentos que o sistema passou ao longo do tempo.

4 MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUA IMPORTÂNCIA NO BRASIL

Considerando a importante contribuição do movimento estudantil ao longo da história do Brasil nas principais lutas sociais. Com isso, vamos ver a importância histórica do movimento estudantil e também sua influência e colaboração nas principais lutas sociais presentes e como as mudanças de conjuntura afetaram a ação e o comportamento do movimento estudantil que foi se moldando através de diferentes estratégias.

O Estado é responsável pela disponibilidade da educação pública para todos os cidadãos. Todavia, o sistema educacional ofertado pelo Estado é bastante precário. Muitas escolas não têm sequer condições adequadas para funcionamento e as Universidades Públicas oferecem um número pequeno de vagas, não proporcionando oportunidades para todos.

Em razão disso, o setor privado de educação vem crescendo gradativamente. Em outras palavras, aqueles que vão estabelecendo melhores condições de vida preferem pagar pela educação de seus filhos, para que possam ter melhores oportunidades no mercado de trabalho e uma vida mais digna.

E aqueles que não podem pagar pelos estudos? Ou ainda aqueles que se quer se formam no ensino médio? Aqueles que nunca passaram nem perto de uma Universidade? Encontramos aqui a realidade brasileira.

A melhora na educação hoje não é mais um dever e sim uma necessidade. O país possui os piores índices nesse setor e os resultados da omissão do Estado em investimentos nos colocam entre os países mais violentos do mundo. Entre outros problemas sociais, como a miséria, a falta de moradia digna, saneamento básico, qualidade de vida, está a precariedade do ensino público.

Estes papéis ficam implícitos na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 – 20 dezembro 1996), quando diz, em seu Capítulo IV, sobre a Educação Superior:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da

cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Entretanto, é bastante freqüente encontrarmos queixas lastimáveis de alunos tanto de graduação quanto de pós-graduação a respeito da prática pedagógica de professores universitários, ou ainda, a respeito da forma excludente, preconceituosa e seletiva do sistema universitário.

Diversos estudos têm apontado para a presença dos partidos políticos no cotidiano dos Movimentos Sociais e organizações populares, com ênfase para o movimento sindical e o movimento estudantil, considerados prioritários pelos partidos de esquerda (SANTOS, 1995). Tal prioridade se dá no sentido desses movimentos se constituírem como espaços estratégicos para a intervenção dos partidos políticos, haja vista a capacidade que possuem para organizar respectivamente a classe trabalhadora e a juventude.

Durante o governo Lula, reivindicações do movimento estudantil históricas foram atendidas e debatidas, dessa forma a juventude deixava de ser um problema policial como era tratada nas políticas anteriores e se tornava então um importante instrumento do planejamento e do desenvolvimento nacional, mostrando a nova forma do governo em lidar com a juventude, o movimento estudantil passava também por uma nova forma de agir, tendo o governo agora como aliado. Neste governo foram criados diversos programas voltados para a juventude, conseguiu-se construir um conjunto de ações no intuito de superar novos desafios para as políticas de juventude destacando-se: a ampliação do ensino técnico, a ampliação dos campi de universidades federais e programas como o Prouni, o Pronaf Jovem, o Projovem, os Pontos de Cultura dentre outros. Observamos assim como o governo passou a tratar as políticas de juventude, dando uma importância para as mesmas e

tornando-as ferramenta fundamental para o projeto de desenvolvimento nacional (HUMANAS, 2016).

4.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E SUA REORDENAÇÃO ACADÊMICA

Giddens (1991 [1990]) considera a modernidade como um período caracterizado por um desenvolvimento social descontínuo, sendo, portanto, fundamental a compreensão da natureza das discontinuidades sociais para que se possa, de fato, analisar e entender a modernidade e suas conseqüências. A discontinuidade à qual Giddens se refere não está associada às discontinuidades típicas dos períodos de transição. Para ele, a dinamicidade que caracteriza e distingue a sociedade moderna das tradicionais é conseqüência da separação do tempo e do espaço das relações sociais à luz da aquisição contínua de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. O levantamento das publicações referentes ao Movimento Estudantil, Juventude, Universidade e Ensino Superior brasileiro delimitou marcos temporais, cidades e entidades a serem contemplados no estudo. O aprofundamento de leituras relativas à questão da modernidade subsidiou a abordagem teórica adotada nesta pesquisa.

A condição juvenil, associada à crise da universidade e as preocupações profissionais, enquanto uma questão de classe social, foram, segundo Foracchi, o ponto de partida para as contestações estudantis direcionadas à universidade e ao sistema social. Vale ressaltar que, embora a condição jovem seja uma característica dos que compõem o movimento estudantil, não se pode reduzir o movimento estudantil a uma manifestação típica desta fase, pois as raízes deste movimento são de natureza histórico-social, refletindo a consciência da crise do sistema social que assume os palcos universitários, haja vista a sua importância na sociedade moderna (Foracchi, 1977).

Embora os estudantes, desde meados dos anos 40, já estivessem se mobilizando em favor de lutas nacionais, pela democratização das instituições políticas, foi a partir do movimento pela reforma do ensino superior que eles apreenderam de modo mais consistente o elo entre a sociedade nacional e as questões universitárias. A articulação sociedade-universidade advinha da necessidade de transformar o Brasil em um país capitalista (urbano-industrial), tendo

como ideologia o sistema bipolar educação e desenvolvimento que deveria planejar funcionalmente o ensino superior para o desenvolvimento (Graciani, 1982).

Oriundos, predominantemente, da classe média brasileira dos anos 60, os estudantes e seus familiares, tinham na obtenção do curso superior um meio de ascender socialmente em termos qualitativos ou, ao menos, em termos da aquisição de prestígio. Contudo, o fato de ser estudante já pressupunha condições sócio-econômicas estáveis para a manutenção da condição estudantil. Comprimido entre a classe dominante e o proletariado, o estudante de classe média, apesar do privilégio de acesso ao ensino superior, não dispunha dos meios necessários para a realização de uma carreira profissional autônoma.

Este fator limitava o estudante, antes mesmo de ingressar na universidade, a uma escolha profissional adequada as suas condições sociais e, conseqüentemente, colocava a formação profissional como ponto fulcral de reflexão para o jovem, tanto do ponto de vista da adequação às necessidades sociais, quanto das oportunidades ocupacionais (Foracchi, 1977).

Os resultados desse estudo apontam algumas das mudanças observadas entre diferentes gerações estudantis que, apesar da proximidade temporal entre ambas, mostram-se distintas devido ao contexto e às necessidades correspondentes a cada uma delas. Esta observação nos leva a refletir sobre a atuação do Movimento Estudantil hoje, haja vista as inúmeras mudanças ocorridas, ao longo das décadas, no seio da sociedade e que, de certo modo, influenciaram na formação do jovem, nas suas expectativas em relação ao ensino superior e nas formas de intervenção social do Movimento Estudantil.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A método utilizado para construção desse trabalho se desenvolveu pela metodologia qualitativa, uma vez que dentro de seu objetivo estabelecido, foi medir o nível da qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado, tornando-se necessário investigar quais os fatores que, para os estudantes, evidenciam a qualidade recebida. Por isso, dentro deste processo utiliza-se abordagem qualitativa que como cita Malhotra (2001.p.155), é uma metodologia de pesquisa não estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam a compreensão do contexto do problema. Roesch (1999) completa citando que na pesquisa qualitativa o pesquisador, através de suas perguntas, pode captar melhor as perspectivas do estudo abordado.

As etapas dessa pesquisa compreendem revisão bibliográfica sobre o assunto com isso, obteve profundo conhecimento sobre o tema estudado e estratégias de transformação social no âmbito das políticas públicas voltadas ao público alvo com destaque para o seu potencial de impacto sobre suas vidas, individual, familiar e societária. Desta maneira, a metodologia aplicada para a construção desse estudo foi a pesquisa bibliográfica, em consonância com a metodologia qualitativa utilizada em todo contexto da estrutura dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho trouxe a compreensão de que diante a reforma do ensino superior o aumento das IES privadas tomou uma proporção gigantesca, reflete então que a partir do estopim que foi a privatização, o direito ao acesso de forma gratuita e igualitária se desprendem do direito a uma universidade laica, publica e de qualidade.

Mediante ao surgimento das políticas públicas de educação o acesso a universidade se tornou de fato viável, embora que precise melhorar suas condições de acesso. Dessa forma recai a retórica que a qualidade do ensino superior se prende ao seu valor mercantilista.

A mercantilização da educação só favoreceu o capital e de certo modo, foi responsável para a desqualificação dos cursos superiores das IES privadas, tendo em vista somente o lucro adquirido.

A aquisição de uma formação superior possibilitadora de ingresso no mercado de trabalho qualificado é, também, uma das preocupações dos estudantes, fator que justifica, em parte, a preocupação destes com a expansão e manutenção das universidades públicas, o funcionamento e as condições das faculdades, a qualidade do ensino e a adequação da formação possibilitada pelas instituições de ensino superior.

Contudo, as questões referentes ao ensino superior, que inquietam os estudantes de hoje, assemelham-se às de quando a juventude estudantil, juntavam-se através dos grandes Movimentos Estudantis dos anos de 1960, buscando no ensino superior uma formação de qualidade, adequada as necessidades sociais, lutando pelo maior número de vagas nas instituições e também, convivia com a possibilidade de privatização das universidades públicas.

Ao longo da trajetória do Movimento Estudantil brasileiro, pudemos observar que a atuação estudantil esteve, em geral, em consonância com as necessidades impostas pela sociedade, levando-os a organizarem-se em prol da intervenção nos problemas associados aos interesses grupais, ligados à condição estudantil, ou à questões sociais amplas, mesmo quando ainda não havia a institucionalização das organizações estudantis.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: **expansão e mercantilização na contemporaneidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos-ProUni. 2005.

_____, Prouni, **Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>

_____, Casa Civil; BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 149, n. 169, 2012.

_____. MEC vai anunciar “pacote de bondades” Folha Online, 13 jun. 2005b. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17558.shtml

_____, Lei Nº 8.436, de 25 de junho de 1992: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Regulamenta a Lei**, n. 12.711, p. 6.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; DA COSTA, Renata Maria Paiva. Serviço social,

assistência estudantil e “contrarreforma” do Estado. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 411-435, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes et al. PROUNI: **democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?**. Educar em Revista, 2006.

DE SOUZA SANTOS, Jordana. **A influência e a atuação dos partidos políticos no movimento estudantil brasileiro e as semelhanças dos movimentos sociais latino-americanos**, 1995.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945**. Durham/ London: Duke University Press, 2003.

DIAS, Sonia Maria Barbosa; DA COSTA, Silvio Luiz. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17/18, 2016.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; PEREIRA, Anderson Siqueira; KOLLER, Silvia Helena. O desafio de conciliar trabalho e escola: Características sociodemográficas de jovens trabalhadores e não-trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 101-109, 2016.

DA LUZ, Jackeline Nascimento Noronha; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Sistema De Seleção Unificada (SISU): refletindo sobre o processo de seleção. **Educação e Fronteiras**, v. 4, n. 10, p. 68-83, 2014.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP, 2003. (Documento de Trabalho, n. 3/03). Disponível em: <<http://goo.gl/CJOMvi>>.

EZCURRA, Ana María. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). **Pedagogia Universitária**. São Paulo, EDUSP, (2009).

EDUCAÇÃO, Da. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da**.

GRACIANI, Maria Stela Santos. (1982), **O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão**. Petrópolis, Vozes.

GIDDENS, Anthony. (1989 [1984]), A construção da Sociedade. São Paulo, Martins Fontes.

_____. (1991 [1990]), **As consequências da Modernidade**. São Paulo, UNESP.

_____. (1996 [1994]), **Para Além da Esquerda e da Direita**. São. Paulo, UNESP.

_____. (1997 [1995]), **“A Vida em Uma Sociedade Pós-Tradicional”**, in Antrhony

GIDDENS, Ulrich Beck e Scott Lash, **Modernização Reflexiva**. São Paulo, UNESP.

FORACCHI, Marialice Mencarini. (1972), **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo, Pioneira.

_____. (1977), O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FOLHA DE S. PAULO. **MEC quer criar controle do Prouni**, 21 set. 2004a.

_____. Estudantes reclamam de não conseguir transferência de turma Folha de S. Paulo, 21 maio 2006, “Fovest”. Disponível em:

www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo2105200604.htm

FOLHA ONLINE. **MEC vai fiscalizar universidades participantes do Prouni Folha Online**, 23 set. 2004b, "Educação". Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16099.shtml.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e serviço social. **Revista Temporalis**, n. 1, p. 35-79, 2000.

HUMANAS, BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS. **MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: O RESGATE DO LEGADO HISTÓRICO, OS NOVOS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora.

JÚNIOR, João Feres, and Verônica Toste Daflon. "**Políticas da igualdade racial no ensino superior**". *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense* 5 (2014): 31-44.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, C. B. **Le nouvel enseignement supérieur privé au Brésil (1964-1983): rencontre d'une demande sociale et d'une opportunité politique. 1986**. Tese (Doutorado), Universidade de Paris V, Paris, 1986.

_____. Ensino pago: um retrato sem retoques. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

NEVES, C. E. B. A estrutura do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília: Capes, 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: **uma visão abrangente**. 2016.

_____, C. E. B. **A estrutura do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília: **Capes**, 2002.

_____, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Feline. Acesso, expansão e equidade na educação superior: **novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157, 2007.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. Educação superior: democratizando o acesso. **Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 9, n. 4, 2004.

OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo; CARNIELLI, Beatrice Laura. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): **visão dos estudantes**. Jornal de Políticas Educacionais, v. 4, n. 7, 2010.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: **guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Discriminação racial escolas: **entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. **Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula**. In: *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. (org) NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MARTINS, Silva André [et al] São Paulo: Xamã, 2004.

UNE, União Nacional do Estudantes. **O que você precisa saber sobre lei de cotas.**
Disponível em: <https://une.org.br/2012/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/>